

A BUSCA POR MORADIA EM OCUPAÇÕES DE TERRA NA CIDADE DE PARINTINS EM 2016: UMA ETNOGRAFIA

THE SEARCH FOR HOUSING IN LAND OCCUPATIONS IN THE CITY OF PARINTINS IN 2016: AN ETHNOGRAPHY



IANNA PAULA BATISTA GONÇALVES²²¹

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica em duas ocupações de terra na cidade de Parintins/AM, Castanhal e Pascoal Alágio, com o objetivo de apresentar algumas observações e narrativas sobre a busca por moradia nas ocupações surgidas no ano de 2016. As observações aqui apresentadas, foram mediante a efetiva participação das mulheres em tais mobilizações a partir de suas experiências com o problema de moradia, pois o aluguel, a coabitação familiar e a ordens de despejo marcaram suas vivências. As narrativas das interlocutoras evidenciaram que a dificuldade de acesso à moradia é uma realidade que afeta principalmente as mulheres, especialmente mulheres negras, mães e periféricas.

Palavras-chave: Ocupações de terra; movimentos de moradia; mulheres.

Abstract

This article is the result of ethnographic research in two land occupations in the city of Parintins/Amazonas, Castanhal and Pascoal Alágio, with the aim of presenting some observations and narratives about the search for housing in the occupations that emerged in the year 2016. The observations included here were based on the active participation of women in these mobilizations, drawing from their experiences with housing issues, as renting, family cohabitation, and eviction orders marked their lives. The narratives of the interlocutors revealed that the difficulty of accessing housing is a reality that primarily affects women, especially Black women, mothers, and those from marginalized communities.

Keywords: Land occupations; housing movements; women.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever e documentar as vivências e experiências de mulheres que buscaram por moradia em duas ocupações de terra na cidade de

²²¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iannapaulagoncalves@gmail.com.



Parintins²²² no ano de 2016. Através das narrativas de Maísa, Mônica, Daniele Froiz e Dona Gisele, que nos contam as motivações que as levaram a ocupar e o processo de permanência e de resistência pela luta por moradia. Vivências potentes que também conjecturam que tais lutas de moradia na cidade também podem ser visualizadas como protestos e reivindicações sobre os projetos de habitações populares de nível federal e municipal não finalizados e que ainda hoje se encontram abandonados. Neste trabalho, ocupar é entendido como um ato político, como a forma extrema de pressão para chamar a atenção dos graves problemas vivenciados pela falta de moradia (Schwade, 1995).

Trata-se de um fragmento da minha dissertação de mestrado, resultado de uma pesquisa etnográfica em duas ocupações de moradia em área urbana, a Ocupação do Pascoal Alágio e a Ocupação do Castanhal na cidade de Parintins, no estado do Amazonas, que teve como objetivo identificar o processo de construção de lideranças femininas a partir de suas vivências e experiências nas ocupações de terra que lutam pelo direito à moradia.

As ocupações de terra como movimento de luta por moradia na cidade de Parintins: heranças e rupturas

Ocupar tem sido uma das formas de acesso à moradia na cidade de Parintins, tal prática é identificada desde as décadas de 1990 e 2000 com a formação de quatro ocupações urbanas que posteriormente deram origem aos bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro da União. A pesquisadora Lucineli Menezes, em sua dissertação “Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito à terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas” (2017), descreveu o processo de disputa pelas terras da fazenda Itaúna e a formação do bairro Itaúna I, a partir da organização política de um grupo de pessoas que atuaram na defesa do direito à moradia.

A ocupação da fazenda Itaúna, na década de 1990, foi a primeira ocupação urbana organizada que se sucedeu para a formação do bairro Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa. Menezes (2017) afirma que a ideia de organizar um grupo de pessoas para reivindicar um pedaço de terra para morar foi de Dona Maria Santarém, apoiada por Maria do Desterro, a partir de conversas com outras pessoas. Essa ideia foi sendo aceita e ganhando adeptos para fazer uma “invasão”, chamando as pessoas que moravam no fundo do quintal de parentes e aquelas que pagavam aluguel, para entrarem na luta.

²²² A cidade de Parintins está localizada no Estado do Amazonas, a 369 km da capital Manaus. Com população estimada de 96.372 mil pessoas, segundo dados do IBGE (2022).



Segundo Menezes (2017), a maioria dos participantes eram mulheres que enfrentavam os seus esposos, pois estes não aceitavam e acreditavam que a ocupação daria em nada. As mulheres constituíram um movimento organizado, com reuniões e comissões, utilizaram as rádios e pessoas que tinham visibilidade, criticando os políticos que faziam promessas de entrega da casa própria e não cumpriam.

Desta forma, o movimento começou com uma organização que reivindicava moradia, levando primeiramente ao legislativo o problema da falta de habitação. Sem respostas, o grupo procurou terras que tivessem o tamanho suficiente para o número de famílias que tinham aderido ao movimento. A área escolhida foi a fazenda Itaúna, um enorme latifúndio de propriedade de um empresário paraense, segundo a autora, a ocupação teve início em janeiro 1992. Após a ocupação, o então proprietário entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse, que foi atendido e ordenou a retirada dos ocupantes da área.

A população fez manifestações e após muitas reivindicações e defesa pela permanência das famílias na área ocupada, o então prefeito negociou com o proprietário 1.200 lotes de terra, apenas em uma parte da área ocupada, originando o bairro Itaúna I. A presença da igreja católica foi muito importante para o movimento, explica a autora, pois “a Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a envolver-se no movimento, primeiramente prestando assistência básica, arrecadando roupas, cobertores, alimentos e remédios” (Menezes, 2017, p. 73).

Para as áreas que não foram cedidas, a justiça determinou que os ocupantes se retirassem, e no dia final do prazo, a força policial entrou na ocupação para executar a ordem de despejo, derrubando os barracos e ateando fogo. Em 1995 houve uma segunda ocupação nas terras da fazenda Itaúna, resultando no bairro Itaúna II. Diferente da primeira ocupação, esta não teve uma organização formada, em decorrência disso, Marinho e Schor (2009) afirmam que houve uma grande especulação por meio de promotores fundiários que adquiriram vários terrenos gratuitamente para vender em seguida.

A presença de migrantes vindos das áreas rurais, como de outras cidades, intensificou ainda mais o processo de ocupação dessa área. Dois anos depois, houve a terceira ocupação, ainda nas terras da fazenda Itaúna, originando o bairro Paulo Corrêa, com o nome em homenagem ao Sr. Paulo Corrêa, então proprietário da fazenda Itaúna.

A sequência de três ocupações modificou visivelmente o panorama urbano da cidade de Parintins (Menezes, 2017). Nos seus primeiros anos, os bairros sofriam com a



falta de infraestruturas básicas, no entanto, foi a partir dos anos 2000 que os programas de intervenção Estatal, modificaram essa realidade como instalação de água encanada, luz elétrica, asfaltamento das ruas e criação de postos de saúde e escolas (Marinho; Schor, 2009).

Os problemas sociais decorrentes do crescimento urbano,²²³ atingiram principalmente as pessoas que se encontravam nessas regiões, que, “apesar do melhoramento desses serviços, que afetam diretamente na qualidade de vida dos moradores, ainda existe uma grande população em graves condições de pobreza” (Marinho; Schor, 2009, p. 85).

No ano de 2009 ocorreu a quarta ocupação na propriedade da fazenda Itaúna, nascendo o bairro União. A partir das ocupações da fazenda Itaúna, alguns proprietários, temendo que novas ocupações acontecessem em suas propriedades, trataram de lotear suas terras para vender, formando novos bairros. Desta forma, a partir da década de 1990 aos anos 2000, a cidade se expandiu em decorrência da criação dos novos bairros.

Observando a expansão da cidade a partir dos bairros frutos de ocupações, verifica-se que tais bairros se tornaram exemplos para as ocupações que se sucederam, visualizando através das trajetórias e das experiências daqueles que lideraram tais ocupações, até a consolidação como bairros. Assim, as experiências construídas no passado são consideradas como lutas de referências, tal como descritas por Fernandes (2001), para as lideranças dentro dos movimentos de moradia atuais.

Despejos, aluguéis e coabitação

As experiências de Maísa, Mônica, Daniele Froiz e Dona Gisele, antes de adentrarem nas ocupações, são marcadas pela moradia de aluguel, despejos e pela coabitação. As vivências das interlocutoras são marcadas pela dificuldade de acesso à moradia, uma realidade que afeta muitas mulheres no Brasil.

Maísa, antes de entrar na ocupação do Castanhal, morava com seu marido, João Paulo, e suas duas filhas na casa de sua mãe. Antes de morar com sua mãe, morou de aluguel. Ocorre que a situação financeira da família era delicada, o aluguel para Maísa deixou de ser viável quando o valor comprometeu a renda da família, assim, sua opção foi o retorno para a casa da mãe. O retorno para a casa de parentes mais próximos, como

²²³ O contingente populacional da cidade de Parintins até a década de 2000 era de 69.890 habitantes, segundo dados do IBGE.



mãe, avós, é comum entre famílias de classe populares, convivendo com até mais de duas famílias.

A trajetória de Mônica e sua família também é atravessada pelos problemas de coabitação, pois moravam na casa de seu sogro antes de entrarem para a ocupação. Mônica me disse que o casal jovem não tem condições de comprar uma casa, nessa época, ela tinha 21 anos e já havia morado três anos na casa do sogro, sendo que a situação de coabitação com mais de duas famílias a impulsionou, apoiada pelo seu marido, a buscar a ocupação como possibilidade para obter uma casa própria.

A história de Daniele também segue o mesmo contexto das demais interlocutoras. Antes de buscar pela ocupação do Pascoal Alágio, Daniele morou na casa do patrão do seu companheiro, que foi cedida para morarem enquanto estavam em Manaus. Antes de morarem nesta casa, eles moravam de aluguel, mas sua família foi despejada da casa.

A vida de dona Gisele também é marcada pelas dificuldades em relação à moradia, pois saiu da cidade de Manaus onde morava em casa alugada com seu marido e seus filhos, apesar de ter sido beneficiada com um apartamento do programa Viver Melhor. Dona Gisele contou que não conseguia pagar o preço das parcelas, o que a fez retornar para Parintins, a fim de buscar um terreno para morar na ocupação do Pascoal Alágio. A busca pela ocupação de moradia significou às interlocutoras ter a possibilidade de obter uma casa, sair do aluguel e ter um lugarzinho para viver, conforme relatou dona Gisele.

Segundo o Instituto João Pinheiro (2021)²²⁴, 60% do déficit habitacional do Brasil é prevalente aos domicílios onde a mulher é a pessoa de referência, ou seja, em números, as mulheres são as que mais comprometem sua renda com o pagamento do aluguel, são as que mais vivem em habitações precárias e as que mais estão em situação de coabitação.

A busca pela ocupação como possibilidade de moradia evidencia as desigualdades referentes ao acesso à moradia para as mulheres. Os dados do IBGE (2015), do IPEA (2017) e do Instituto João Pinheiro (2021) demonstram que as mulheres, principalmente as

²²⁴ A Fundação João Pinheiro, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua PnadC - pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou análises dos dados sobre o déficit habitacional do ano de 2019 no Brasil. Tal levantamento é avaliado a partir de três elementos, o ônus excessivo com o aluguel urbano, habitação precária e coabitação. Em 2019, o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5, 876 milhões de domicílios (FJP, 2021). O alto custo do aluguel urbano do Brasil compromete, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2021), 30% do salário dos domicílios cuja renda é inferior a três salários-mínimos, o que representa 51,7 % do total do déficit do país. A habitação precária corresponde a 25,2% do déficit habitacional e, por último, a coabitação que representa 23, 1 % do déficit habitacional.



negras, indígenas e chefes de família, são as mais expostas ao problema de falta de habitação.

A busca por moradia nas ocupações de terra

Quando surge uma ocupação de moradia, a cidade se movimenta, os populares se aproximam, sob a luz dos burburinhos que qualificam a ação como “invasão”, como um ato de vandalismo de desocupados e aproveitadores. As emissoras de rádios locais denunciam a ação, disseminando a notícia para toda a cidade e para as comunidades e cidades vizinhas até onde a frequência do rádio chega, fazendo com que muitas famílias de outras cidades e comunidades próximas se desloquem para também conseguirem um terreno para ocupar.

Mas antes de se tornar uma notícia midiática, o pequeno grupo que iniciou a ocupação estende a notícia para seus parentes, vizinhos e conhecidos próximos. As redes de relações nesse momento são acionadas para atender àqueles mais próximos que necessitam de uma terra para morar, foi assim que Maísa soube da ocupação, através de uma ligação de um primo que estava na área, avisou que ela deveria ir até lá, pois já havia um terreno vago. Maísa, então, se dirigiu para o local com seu marido e seus filhos, na expectativa de também conseguirem um terreno, como Maísa relatou:

Eu soube por um primo meu, que já tinha ocupado um espaço lá, né, como eu morava com a minha mãe no tempo, ele disse “mana, lá do lado onde eu ocupei tem um terreno vago. Ainda construímos uma casinha lá, ficamos uma questão de um mês ainda lá (Maísa, 2020).

Essa rede de relações se torna importante para que a notícia se espalhe e se propague com mais rapidez, antes dos meios de comunicação e, em poucas horas, a ocupação está repleta de famílias. A primeira ocupação foi feita em um terreno atrás de uma Unidade Básica de Saúde no bairro da União, o que para ela foi o pontapé para iniciar outras ocupações.

Assim como Maísa, Mônica, também influenciada pela irmã, foi para a área que estava sendo ocupada para conseguir um terreno. Dentro dessa primeira ocupação, Mônica e Maísa ficaram pouco menos de um mês. O terreno era pequeno, pouco menos de 30 famílias estavam ali, mas já havia uma movimentação para que outro lugar fosse ocupado, pois ainda havia muitas famílias que não tinham conseguido um terreno. Como contou Maísa:

Em 2016, a ocupação começou lá atrás do posto Tussolini, sem liderança, sem nada, feita pelos próprios moradores, foi quando um total de moradores se reuniu e lembrou que tinha a parte de trás que fazia parte da prefeitura, os moradores decidiram invadir (Maísa, 2020).



Maísa utiliza os termos “ocupação” e “invasão” nas narrativas acima. Na semântica dos termos utilizados em sua fala, percebo que há uma alteração do termo quando se refere ao passado, considerando invasão quando a ocupação ainda não é vista como uma organização política. Essa primeira ocupação se localizava no final do bairro da União e bem próximo dali, a menos de 300 metros, havia uma grande área de mata pertencente à prefeitura, que se estendia até uma área de preservação ambiental de castanheiras (*bertholletia excelsa*).

A procura por outras terras com potencial para uma ocupação que abrigue mais famílias é uma estratégia de espacialização, tal como descrito por Fernandes (2001), em seu estudo sobre ocupação de terra como forma de acesso à moradia. Segundo o autor, a espacialização é um espaço ocupado de forma permanente ou provisória, que nasce da própria necessidade de habitação, é nesse processo que a espacialização de outras áreas é visada para o objetivo de assentar todas as famílias (Fernandes, 2001).

Desse modo, a ocupação da parte de trás do posto foi provisória e provocou debates sobre outras áreas que tinham potencial para serem ocupadas, como uma área da prefeitura. Para eles, isso se tornaria mais fácil para conseguir a terra em definitivo. Maísa soube que a área da prefeitura já tinha sido ocupada, ela e sua irmã foram para a nova ocupação, foi a oportunidade de Maísa e Mônica saírem da ocupação localizada atrás do posto, pois Maísa já visualizava que aquela ocupação logo seria interferida pela polícia.

A ocupação que se formava na área da prefeitura atraiu muitas famílias que queriam conseguir um terreno. Mônica me contou que antes da ocupação na área da prefeitura havia uma placa envelhecida com o tempo que indicava que aquela área estava destinada a um projeto da prefeitura. Entretanto, o projeto nunca saiu do papel, e assim, iniciou a ocupação do Castanhal.

Aqui era só mato: a ocupação do Castanhal

A área da prefeitura era um local que tinha sido destinado a um projeto que, como Mônica disse, nunca saiu do papel, era um terreno baldio tomado pela mata usado como lixeira viciada pelos moradores próximos. Quando entrevistei Maísa e Mônica, as duas me relataram a grande dificuldade de se estabelecer dentro da ocupação do Castanhal nos primeiros dias.



Aqui na área era só um mato, os primeiros dias foram bem ruins, na frente da ocupação era só lixo, porque se tornou uma lixeira viciada, a noite dava bastante mosquito, a gente tinha que buscar água lá na Igreja da sagrada família, tinha só uma torneirinha, tinha que enfrentar uma fila enorme, ela tinha que fornecer água para todas as famílias da ocupação (Maísa, 2020).

Quando entraram na ocupação, o trabalho a ser feito era limpar o seu pedaço de terra, fazer a capina do terreno e a coivara, atividade de queima do mato para depois tirar os restos dos troncos das árvores. Esse é um dos primeiros trabalhos desenvolvido dentro da ocupação, limpar os seus terrenos para dar início ao barraco de lona improvisado. Maísa lembrou sua casa no início da ocupação, e afirmou que na atualidade as coisas estavam melhores, *“a barraquinha era de madeira tirada da mata, por exemplo, os esteios era do mato mesmo, o teto era forrado por plástico, palha, a parede era de sacola, pvc, tnt, tudo se aproveitava”* (Maísa, 2020).

Construir logo o barraco foi uma estratégia de se estabelecer na ocupação de forma improvisada, assim, o pequeno barraco determinava que ali havia uma casa. Desta forma, percebi que é no início da busca por um terreno para a construção de um barraco de lona que se constrói o sentido de luta pela moradia. Como disse Maísa, seu barraco era feito de madeiras e palha retiradas da mata próxima e materiais industrializados, como plásticos variados e lona acessíveis para uso, como podemos observar nas fotos abaixo:

Imagem 1 - Barracos cobertos de palha



Fonte: ConCidade, 2020.

Imagem 2 - Barracos cobertos de palha e telhas



Fonte: ConCidade, 2020.

Nas imagens 1 e 2 observamos os barracos cobertos de palha, outros de telhas reutilizadas, também é possível observar que um dos barracos tem um sofá que, suponho, tenha sido utilizado também como cama. Desta forma, os barracos vão dando sentido ao espaço de moradia. Entre conversas informais que tive com os moradores, ouvi a expressão “ter um pedaço de terra para morar e para morrer”, fazendo uma observação que o ser humano, até após a morte, precisa de um pedaço de terra para ser enterrado. Com isso, podemos presumir a importância da terra para aqueles moradores, para além da moradia, como um lugar onde poderiam viver até a velhice e até a morte.

Voltando à organização do espaço da ocupação, no primeiro momento foi feita a demarcação dos terrenos e sua divisão por cada família de ocupante, de forma justa em termos de dimensões. Na frente de cada terreno foi colocada uma placa com o nome do dono e passaram a cuidar e vigiar o local. Mônica contou que passava o dia na ocupação com seu filho para fazer o trabalho de limpeza do terreno.

Vinha de manhã cedo, passava o dia aqui, dá o jeito de arrumar uma barraquinha de lona, colocava 4 paus, esticava a lona, passava o dia inteiro, olhando e limpando pra não entrar ninguém. Vinha eu e o bebê, o Pietro (Mônica, 2020).

Percebi que a tarefa de limpeza, capina e permanência dentro do terreno, para que não fosse ocupado por outra pessoa, recaiu sobre as mulheres, tanto Mônica e Maísa tinham que passar o dia dentro da ocupação para garantir o terreno, enquanto seus maridos saíam para trabalhar. Permanecer dentro do terreno durante os dias no primeiro mês também era uma estratégia de fazer a ocupação ir para frente.

Mônica e Maísa tinham a casa da mãe no bairro próximo da ocupação, o que facilitava na sua rotina, pois faziam comida em sua residência e retornavam para a



ocupação. Ter uma rede de apoio nesse momento foi fundamental para a permanência das mulheres na ocupação.

O dia a dia nesse início de ocupação foi difícil, sem água e sem luz, o que fazia com que elas não se estabelecessem em definitivo na área. O retorno para a casa da mãe no final da tarde, depois de um dia dentro da ocupação, no caso de Maísa e Mônica, foi necessário para o descanso e para retornar na manhã seguinte. Algumas famílias, entretanto, já viviam dentro da ocupação, mesmo sem energia e luz, pois haviam se deslocado dos interiores próximos e não tinham parentes na cidade.

Ainda nos primeiros meses da ocupação do Castanhal, em 2016, houve um pedido de reintegração de posse. Na época, Maísa contou que já havia uma liderança dentro da ocupação, no entanto, não se tinha comprometimento com a ocupação, até que o primeiro pedido de reintegração de posse veio. Maísa contou que naquele dia houve uma grande mobilização feita pelas mulheres para barrar a entrada violenta da polícia na ocupação, como relatou:

O primeiro pedido de reintegração de posse foi parado pelas mulheradas, o tal líder sumiu no dia, ele só veio para assinar o documento, ligaram pra ele que só iria sair a tropa depois de ele assinar, e foi aí que apareceu. A gente reuniu todas as mulheres no campo, desde a noite passada que a gente já sabia da reintegração de posse, uma defensora pública que ligou avisando que a reintegração de posse viria no outro dia. A gente fez cartaz, fez planejamento, fizemos barricada de pneu justamente pra barrar a entrada, protestamos, fizemos tudo isso nesse dia, fizemos uma corrente de mulheres, tinha mulher grávida, tinha mulher com filho no colo, tinha mulher solteira, mulher que não era mulher, que se vestia de mulher. Tinha todos os tipos de mulheres, uma representação de mulher, porque se fosse só os homens a violência ia ser maior, né, e sendo mulher não, como a tropa (polícia) era só de homens e tinha só duas mulheres, assim não ia ter uma violência a mais que era o que estava proposto no dia, se a gente não saísse, eles iam fazer na violência, aí o que a gente fez, então vamos a mulherada pra frente faz a corrente, cobriu toda essa ocupação desde a igreja até aqui, pra não entrar (Maísa, 2020).

Na hora que a gente fez a corrente de mulheres, eles acharam outra saída que foi chamar o Conselho Tutelar porque tinha criança, na hora chegou à defensoria pública pedindo que as mulheres grávidas se afastassem, mas ninguém desistiu, só tiraram as crianças mesmo. Quando foi 13:30 da tarde foi quando o Antonio²²⁵ chegou pra assinar o documento, isso porque a macharada prendeu pra cá, e só saiu porque ele falou para os homens que não ia assinar o documento. Ele disse que não ia assinar o documento de despejo, quando ele chegou na frente do oficial de justiça não sei o que ele falou lá que ele se tremeu e assinou, aí tivemos que tirar tudo, aí que ele assinou o documento de despejo (Maísa, 2020).

O relato de Maísa sobre a presença das mulheres e a utilização de seus corpos como forma de protesto para que a polícia não entrasse de forma violenta é umas das

²²⁵ Nome Fictício dado à pessoa, pois declarou não querer seu nome mencionado nas questões da ocupação.



mobilizações mais acentuadas dentro dos movimentos de moradia, observadas neste episódio e nas manifestações de ruas onde as mulheres são as que mais participam.

Depois desse despejo, Maísa conta que foi sugerido em reunião que outro terreno fosse ocupado, e que poderia ser um terreno que pertencia à prefeitura, que ficava próximo ao loteamento do Pascoal Alágio. No mesmo dia em que a ocupação do Castanhal foi tomada pela polícia, algumas pessoas foram para o terreno da prefeitura fazer a nova ocupação, de forma organizada, fizeram a demarcação dos terrenos para depois os distribuírem às famílias que estavam migrando para a nova área.

O terreno em questão, que julgavam ser da prefeitura, na verdade era uma propriedade particular. Por conta de boatos que circulavam na cidade sobre a negociação das tais terras pela prefeitura, julgaram que a área estava disponível. Depois ficaram sabendo que o terreno ainda era de um empresário e que a prefeitura não tinha a posse daquelas terras.

Quando a ocupação do Castanhal foi despejada pela polícia, muitas famílias não tinham para onde ir, pois já moravam nessa área. Após serem retirados da ocupação do Castanhal, Maísa e Mônica também foram pegar um terreno na nova ocupação. Mônica contou que:

Lá no Pascoal Alágio a gente também foi pra lá, eu a minha irmã, ele (marido), mais um grupo de pessoas que foi pra lá, porque a polícia se instalou aqui. A gente tentou lá, cercamos, foi a partir daí que o pessoal foi todo pra lá. Ai a gente resolveu voltar, porque lá é muito extenso, quando a gente viu que tinha muita gente lá, e já tinham entrado no nosso lá, quando fomos no outro dia, aí a gente voltou pra cá, fizemos as barraquinhas, aí que foi que o pessoal resolveu fazer casa, pra mostrar pra que veio mesmo (Mônica, 2020).

A passagem pela nova ocupação que estava surgindo foi breve para as irmãs Maísa e Mônica, elas tinham o desejo de permanecer na ocupação do Castanhal pela proximidade com o bairro da mãe e ficava mais próximo das centralidades da cidade em comparação a outra ocupação:

Lá no Pascoal Alágio, o pessoal da ocupação do castanhal voltou, os que ficaram foram novos e não teve mais controle. Depois a gente voltou, com três dias depois saíram os seguranças, desde o começo o nosso intuito era ficar aqui, porque aqui é mais perto, todos da ocupação do castanhal veio e os que ficaram já eram novas pessoas, entrou muitos novos, e depois não teve mais controle. A gente voltou para os nossos terrenos que era, no caso era pra cá, daí a gente “vamos montar a nossa casinha”, aí já foi melhorando, já não era mais com pau, que já tinham aí, era esteio de segunda mão, mas com as mesmas coisas, de palha, de tnt e pvc (Maísa, 2020).

Quando Maísa, Mônica e os outros ocupantes voltaram para a ocupação do Castanhal decidiram construir casa e ao dizerem “mostrar para o que veio”, expressaram



que dali em diante as pessoas iriam permanecer na ocupação e lutar por ela. Nesse momento, muitas coisas foram acontecendo ao mesmo tempo, a retomada da ocupação do Castanhal, o surgimento do Pascoal Alágio, tornando as ocupações massivas.

Buscando uma outra terra: a Ocupação do Pascoal Alágio

A partir do que foi apresentado no tópico anterior, podemos considerar que a ocupação do Pascoal Alágio nasceu de um levante popular organizado, de um processo de espacialização da luta pela terra, no início, ela foi pensada para que as famílias que foram despejadas da ocupação do Castanhal tivessem outra terra para ocupar. Quando conheci um dos primeiros representantes e organizadores da ocupação do Pascoal Alágio, ele me contou como foi ocupar aquela área. Durante a ordem de despejo da ocupação do Castanhal, relatou-me que ficou responsável para liderar uma nova ocupação no terreno que seria da prefeitura, próximo ao loteamento do Pascoal Alágio.

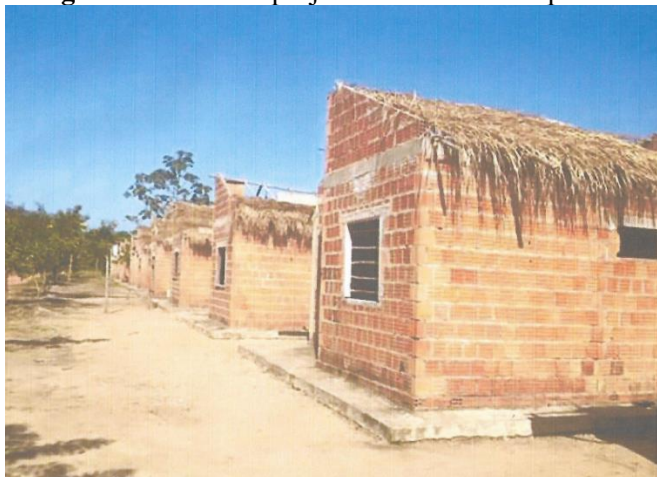
No primeiro dia, já se tinha mais de 70 famílias cadastradas para entrar na ocupação e que, de forma organizada, os lotes foram divididos com linhas de pescar, medindo cada terreno 7 metros de frente, os quais atenderiam as famílias que foram despejadas do Castanhal.

Como já mencionado, as terras pertenciam a um empresário local e faziam parte do seu loteamento chamado Lady Laura. Então, para título de entendimento, a ocupação do Pascoal Alágio iniciou com a ocupação do loteamento Lady Laura. No terceiro dia de ocupação um parente do dono das terras foi até a área e falou para as famílias que eles só iam deixar aquela área limpa para o dono, o que causou revolta nos ocupantes.

Isso levou as famílias a ocuparem as casas de um projeto de habitação próximo dali que estava abandonado há muitos anos. Tal informação me trouxe o questionamento do porquê as casas do projeto de habitação, que estavam abandonadas, não terem sido ocupadas primeiro. Mais tarde, descobri que no ano de 2013 houve uma tentativa de ocupar aquelas casas por populares, no entanto, foram fortemente coagidos pela força policial. Compreendi, então, que havia um certo medo em ocupar as casas daquele projeto habitacional abandonado.



Imagem 3 - Casas do projeto habitacional da prefeitura



Fonte: ConCidade, 2020.

Na Imagem 3 podemos observar as casas do projeto habitacional ainda no início da ocupação, estavam com as construções inacabadas, cobertas de palha pelos ocupantes. Após quatro anos de ocupação, essas casas estão com estruturas melhoradas.

Daniele e dona Gisele na ocupação do Pascoal Alágio

É na ocupação do Pascoal Alágio que se apresentam as interlocutoras Daniele Froiz e Dona Gisele Brasil, duas mulheres que são lideranças do movimento luta pela moradia. Na ocupação do Pascoal Alágio, Daniele narra que buscou a ocupação porque estava sendo despejada de onde morava, e quando soube da Ocupação do Pascoal Alágio, já estava consolidada, como me disse:

Eu vim aqui da primeira vez o responsável da época disse que não tinha terreno disponível, e falaram que era pra eu vir na semana seguinte, eu fui e voltei na semana seguinte e eles já me deram esse terreno aqui (Daniele, 2020).

Daniele me contou que na cidade só falavam das invasões, que era o assunto do momento, tanto a ocupação do Castanhal como a do Pascoal Alágio. Muitas famílias, assim como Daniele, procuravam as ocupações para conseguir uma moradia, principalmente quando não tinham mais condições de pagar um aluguel. Dona Gisele, quando soube da ocupação, viu como uma oportunidade para ter uma casa. Como narra:

Eu soube através de uma cunhada minha, que estava aqui nessa época, aí ela falou que estavam invadindo aqui, e se eu quisesse ter a oportunidade de ter uma casa, que ela tinha um cantinho aqui, que ela ia ceder pra mim". [...] No dia que eu vim pra ocupação, já fiquemos, fizemos uma cabaninha, ficamos embaixo, ficamos até ficar, ficava na casa da minha mãe, fiquei um tempo na casa da minha mãe, a casa dos outros não é a nossa casa. Aqui só era mato,



fiz uma cabaninha de palha e do lado tnt, eu fiz o teto de palha, e a parede de tnt, fiz com madeira aí do mato, fui construindo devagarzinho (Gisele, 2020).

As narrativas de Daniele e de Dona Gisele reafirmam a ocupação para as mulheres como um lugar para ter a “oportunidade de ter uma casa”, “um cantinho”, um lugar de acolhimento e proteção para a sua família. Assim como na ocupação do Castanhal, as mulheres da ocupação do Pascoal Alágio viveram as fases do trabalho de base, de limpeza, capina permanência no barraco para não perder o terreno. Daniele reafirmou que eram as mulheres que permaneciam nos terrenos durante o dia:

Na época, principalmente nós, as mulheres, que geralmente eram as mulheres que ficavam no início para segurar o terreno, durante o dia. Nós tínhamos que ir atrás de água, fazer fogo a lenha, muitas mulheres aqui, até hoje elas fazem fogo na lenha, porque não tem condições e é um meio mais prático pra economizar. O primeiro dia foi muito difícil porque não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, e como não podíamos sair e como meu namorado trabalha durante o dia e voltava pra cá a noite (Daniele, 2020).

Éramos vistos como bandidos, principalmente as mulheres que eram chamadas de barraqueira e gostava de fazer barraco, porque geralmente quem ia invadir o terreno dos outros não era os homens, incrível, era as mulheres, as mulheres que iam pra defender o terreno da amiga, da vizinha, então não era o homem, o homem não se metia (Daniele, 2020).

Como eram as mulheres que permaneciam durante o dia nos barracos no começo das ocupações, elas protegiam a área quando outras mulheres tentavam pegar os terrenos já ocupados. A permanência dentro dos terrenos, conforme já mencionado, era uma estratégia para não perder para outra pessoa, e como fortalecimento para a ocupação, era uma forma de resistência dentro das ocupações, o que levaria a uma luta organizada por moradia.

A morada e a família: “ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos”

Se mudar para as ocupações era importante para demarcá-las como ocupações organizadas. Permanecer durante a noite, mesmo sem energia e sem água não era fácil para as mulheres, ainda mais com crianças pequenas, mas era necessário para o fortalecimento da ocupação. As relações parentais influenciaram também para a permanência na área, como para as irmãs Mônica e Maísa e suas respectivas famílias, que permaneceram juntas na ocupação do Castanhal, morando uma próxima da outra.

O meu principal intuito de vir pra ocupação é conseguir algo pra gente, como casal novo sem fundo financeiro, já estava com filho, morando na casa de sogro, estava bem complicado, não morava só nos enquanto família, morava 3 famílias na mesma casa, já estava insustentável a situação. Em busca de ter algo que é nosso, ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos do jeito

da gente, sem um fundo financeiro, se eu tivesse condições de comprar uma casa, um terreno, jamais invadiria (Mônica, 2020).

A fala de Mônica sobre seu intuito de conseguir uma moradia, a partir de sua experiência ao dividir uma casa com mais de três famílias, trouxe algumas questões visíveis para essa reflexão. Quando Mônica relatou que foi em “busca de ter algo que é nosso” e “ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos”, a narrativa exprime o desejo de realizar o sonho da casa própria para criar seus filhos, tal desejo também é recorrente na fala de muitas mulheres das ocupações que colocaram a família como motivação de busca por um terreno para construir uma casa.

Quando Mônica buscou pela ocupação como forma de acesso à moradia, “para ter um cantinho para criar os filhos”, demonstra que a casa tem um significado, mostrando que “o espaço da casa se eleva a uma importância muito maior, isto é, para as mulheres, a moradia significa muito mais que um abrigo, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados” (Helene, 2019, p. 957). Aqui, percebe-se que as motivações de se conseguir uma casa pode ser utilizada como reflexão para a importância desse lugar na vida das interlocutoras.

Como visto, a família, enquanto uma das motivações para ocupar, pode ser pensada a partir da reflexão da antropóloga Claudia Fonseca, no seu estudo “Olhares Antropológicos sobre a família contemporânea (2002), na qual utiliza a etnografia para pensar a especificidade de valores e práticas familiares em bairros periféricos. A autora afirma que “falar de família é evocar um conjunto de valores que denota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Além dessa função simbólica, a noção de família está ligada à organização da vida cotidiana” (Fonseca, 2002, p. 05).

Esclareço que não reforço o estereótipo de um modelo familiar hegemônico heterossexual, apoiada no argumento de Fonseca (2002), que para a compreensão da complexa realidade que enfrentamos no Brasil contemporâneo, a noção da família patriarcal, tal como foi descrita por Gilberto Freyre, é vista como sendo de relevância limitada. Desta forma, é importante considerar, segundo Fonseca (2002), a diversidade de formas familiares constatadas hoje em dia e, certamente, a imagem da família nuclear (aquela com um casal heterossexual, unidos pelo casamento, criando seus filhos biológicos) já foi amplamente desmistificada.

Desta forma, quando falo de famílias dentro das ocupações, estou descrevendo a partir de uma categoria atribuída pelas próprias interlocutoras quando se referem às suas experiências e expectativas. Neste sentido, elas carregam a responsabilidade do cuidado





e da manutenção dos filhos, num modelo de construção de relações heteronormativas com famílias nucleares, como a de Mônica e de Maísa, em que ambas vivem com seus maridos e filhos. Ainda sobre o motivo pelo qual elas ocupam, Dona Gisele também falou que era movida pela sua família e pelo seu filho:

A mulher tem o objetivo de buscar algo assim que ela quer pra ela, mas pra sua família, mais que o homem, eu sou uma, que eu vim sozinha, o meu garotinho de 8 anos, ele tinha 5 anos quando eu vim pra cá, e vinha só eu e ele, dormíamos sozinha eu e ele, a minha vizinha aqui também, a gente dava força uma pra outra (Gisele, 2020).

A posição de responsável pelo lar e pela busca de moradia nos mostra que as interlocutoras carregam para si essas demandas. Pensar nos filhos foi uma das questões mais levantadas pelas mulheres. Aqui podemos pensar em uma maternidade militante a partir da leitura de Bonetti (2007). Segundo a autora, a expressão maternidade militante foi cunhada por Sonia Alarez (1988)²²⁶ ao identificar a grande presença de mulheres das camadas urbanas de baixa renda nos movimentos sociais.

A maternidade militante foi tomada como uma matriz explicativa do ativismo das mulheres das camadas urbanas de baixa renda, no entanto, é importante ressaltar que “embora tenha esses aspectos positivos, a politização da maternidade não é considerada emancipatória e transformadora das normas de gênero vigentes” (Bonetti, 2007, p. 86). O que se compreende, a partir de Bonetti, é que a questão da maternidade militante definida como uma matriz explicativa para o engajamento político de mulheres de classe popular não é suficiente, mas que nos possibilita a reflexão em contextos de resistência dentro de movimentos sociais.

Uma das preocupações das mulheres ao decorrer dos anos dentro das ocupações, foi melhorar a casa para acolher sua família. Assim como Maísa, no começo do texto, narrou a satisfação de ter melhorado a sua casa, dona Gisele me contou que também o fez em sua casa na expectativa de que a ocupação fosse validada, fazendo reformas possíveis para viver com maior qualidade, gerando mais conforto e proteção para a família: “*hoje eu tenho um cantinho onde eu posso ficar, onde eu posso descansar a minha cabeça, posso ficar despreocupada com o aluguel, que eu vivi de aluguel lá em Manaus*” (Gisele, 2020).

²²⁶ Bonetti (2007) cita o trabalho de Sonia Alvarez intitulado “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”, na qual utiliza para explicar a experiência de ativismo de mulheres pobres e das classes trabalhadoras brasileiras.



Considerações Finais

Sair do aluguel e da casa de parentes era o desejo de muitas mulheres e muitas famílias que viviam (e que ainda vivem) e que hoje lutam pelo direito à moradia nas ocupações de terra, desta forma, ocupar significou para essas mulheres a oportunidade de construir seu próprio lar junto com suas famílias. A relação e o sentido de ocupar para as interlocutoras vão se transformando à medida que suas narrativas demonstraram que suas motivações estão relacionadas à necessidade individuais de moradia, para a família e para os filhos e que logo vão se transformando em uma luta coletiva.

Elas se organizaram, e seguem lutando através de associações de moradores para o fortalecimento das ocupações, tais associações constituem-se como uma estratégia de organização política essencial para consolidar o movimento e o engajamento de seus participantes. À vista disso, as ocupações na cidade de Parintins tornaram-se espaços de organização e engajamento político para as mulheres, ativas na luta pela moradia. O aprendizado político efetivo na vida dessas mulheres se transformou em luta coletiva e transformação de si.

Para Schwade (1995), a participação na luta pela terra resulta na elaboração de um projeto de vida que engendra a militância. Desta forma, a luta pela moradia ganha sentido coletivo, e a partir de suas agências elas vão desenvolvendo formas de lutar para além das questões pessoais e desejos próprios. Assim, elas adentram em cargos dentro das organizações das ocupações, assumindo-se como lideranças e mobilizando-se de forma efetiva no movimento de moradia.

Data de Submissão: 12/06/2023

Data de Aceite: 10/09/2023

Referências

BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem:** uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra.** 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Pesquisando a família: Olhares contemporâneos, p. 55-68, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** - 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.

MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. *Revista Geografares, Espírito Santo*, v. 7, n. 7, p. 77-92, 2009.

MENEZES, Lucinele de Souza. **Ocupação, conflitos e conquistas**: a luta pelo direito à Terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/ Parintins-Amazonas. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Parintins/Am, 2017.

SCHWADE, Elisete. A luta pela terra: sentidos da Participação. **Revista Cadernos do Ceom**, Santa Catarina, v. 9, n. 9, p. 47-66, 1995.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: As cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 229-258, jun. 2013.

IPEA, 2010. PNAD – Primeiras análises: investigando a chefia feminina da família. n. 65, 2009.

IBGE, 2016. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2016.

